

O *si indelegável* como aposta contra a inércia e a apatia na contemporaneidade

DOI
<http://dx.doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2019.156131>

Sara R. Munhoz

📍 Universidade Federal de São Carlos | São Carlos, SP, Brasil
✉ sararmunhoz@gmail.com

GROS, Frédéric. 2018. *Desobedecer*. São Paulo, Ubu Editora, 224 pp.

Désobéir, publicado em 2017 pela Abin Michel e recentemente traduzido por Celia Euvaldo, é conduzido inteiramente por um desassossego, uma urgência frente ao intolerável. Diante dos escândalos

obscenos da desigualdade social (justificada pela matemática e seus efeitos de realidade), do sufocamento da Natureza (incapaz, pelas sucessivas intervenções técnicas à que foi exposta, de recuperar seus ciclos de renascimento) e do processo contemporâneo de criação de riquezas (cujas engrenagens fundamentais são a dívida e especulação), os criadores irresponsáveis desse mundo silenciam. O escândalo da inércia movimentou o trabalho de Gros, e uma indagação mais apaixonada que rigorosa funciona como ponto de partida de um debate ético, capaz de borrar os binarismos entre sujeito e sistema, entre ação individual e coletiva.

A disposição do texto expõe o leitor à sensação constante de deslocamento, de mudança de rumo. Passamos por capítulos breves, que adicionam sempre novas possibilidades de definir e compreender a obediência e a dificuldade profunda de desobedecer. Eles sequenciam-se, adensando o argumento, mas, ao mesmo tempo, podem ser encarados como pequenos excertos avulsos. Gros esmiúça as nuances entre submissão, subordinação, conformismo, consentimento, obrigação; e também entre rebelião, resistência, transgressão, desobediência civil e dissidência cívica. Trata como variações de estilos éticos o que é comumente reunido sob o binarismo obedecer-desobedecer: cinco tipos de obediência, com seus cinco espelhos inversos. Dialogando com autores como Dostoiévski, Arendt, Kant e Foucault, e transitando com presteza entre literatura, acontecimentos históricos (em especial os relacionados ao nazismo e às indagações que dele se depreenderam) e debates filosóficos, finca sua questão

nos seguintes termos: “a partir de que relação consigo mesmo se respeita ou se transgride a lei pública?” (: 35).

O desfecho do livro confirma o que seu próprio arranjo já sinalizava: a aposta da filosofia (desde Sócrates, passando por Kant, Nietzsche, Foucault), compartilhada por Gros, está no deslocamento que o pensamento é capaz de provocar. Aí a humanidade, aí a possibilidade de ativação de qualquer tipo de dissidência, de resistência. Aposta filosófica “insensata, tenaz” (: 218) de que o *si indelegável*, inquieto, impelido a julgar, a pensar, possa, na covibração com tantos outros *sis* insubstituíveis, desencadear “a verdadeira política, a das desobediências” (: 218).

O caminho até o clamor final é longo, ainda que desembaraçado, ligeiro. E a voz do autor, colocando-se timidamente, quase sempre atravessada por outros autores ou por narrativas cuidadosamente compostas, se fará ouvir claramente nas últimas páginas do livro. *Desobedecer* parte de um incômodo indignado e termina com uma esperança singela, simples e, ainda assim, revolucionária. Mas até que cheguemos à asserção pela humanidade absoluta – porque singular – somos conduzidos por um trajeto que, pela obediência, nos expõe à possibilidade de inspecionar uma nova estilística, a do que desobedece. Logo de saída, a democracia crítica e a dissidência cívica aparecem como possibilidades da insurreição enquanto um regime filosófico do pensamento, um esforço contra o conformismo e uma vitória sobre si. Para expor seu argumento, Gros não recorre a descrições analíticas de movimentos sociais contemporâneos (ainda que eles não sejam ignorados), mas interroga as condições éticas do sujeito político que o impelem ou impedem de desobedecer.

Obedecemos porque somos submissos e uma relação de forças nos subjuga e aliena. A submissão expõe o paradoxo de indivíduos que são ativos em sua passividade; o submisso é aquele que nada inicia, que não pode pagar o preço da desobediência. Desmistifica, ainda, a política, ao tornar nítidas as imagens de guerra, de injustiça e de violência que nos espreitam fora do pacto social (e que nos acompanham, em alguma medida, também nele). Gros desmembra esse tipo de obediência em “submissão deferente”, que conserva, apesar das reverências ao senhorio, o julgamento crítico e a “propensão mais perigosa” de o submisso, ele mesmo, explorá-la como “alavanca de justificação” que o desresponsabiliza.

Obedecemos, por outro lado, porque nos subordinamos, idolatramos, somos agradecidos. Indagação aristotélica que sugere a existência de desníveis naturais, hierarquias inatas. A subordinação tem a relação parental como modelo de autoridade e se impõe sem coação nem violência. Obediência dócil, natural. Justificada na utopia política cristã pelas qualidades do dirigente, a subordinação admitiria, inclusive, a dissolução entre comando e obediência. A ordem, fim último da política, coloca até mesmo o dirigente à serviço, e expurga como loucura, irracionalidade, crime, qualquer possibilidade de desobedecer.

Obedecemos também porque nos conformamos ao hábito, à inércia passiva. Obediência sem verticalidade, que se ancora na consistência da ideia de “pessoas em geral” (: 98). O “seguidismo cego”, produz o alinhamento passivo dos pensamentos, comportamentos, desejos e identidades. Obediência das democracias liberais, das sociedades de consumo e de produção em massa, que contrapõe a uniformidade à ameaça do anarquismo cacofônico, do dismorfismo.

Obedecemos, enfim, porque consentimos, ainda que em um passado mítico imemorial, ainda que a possibilidade de escapar não nos tenha sido apresentada. Obediência política, do cidadão. Consentir implica um ato inicial de renúncia: aceitar depender de outro, constituindo-se como passividade. Trata-se da servidão voluntária, centro da relação política entre os contratualistas. Consentimos porque os custos da desobediência nos apavoram, porque o que faz de nós civilização é justamente a decisão de não mais decidir.

O autor tipifica os estilos de obediência assinalando com clareza suas diferenças sutis. Não obstante, são os entrelaçamentos hábeis entre os capítulos, que recolhem tudo o que escapa às classificações originais, que arrebatam o leitor. Com uma erudição desenvolta, apresenta diante de cada estilo de obediência suas possibilidades de superação. A partir de La Boétie e Hannah Arendt, incita-nos abandonar a superobediência, alicerce do poder político e da tirania. Demonstra como a liberdade exige uma revolta miúda, ainda que custosa: disposição ética a uma submissão ascética, que calcula insistentemente a possibilidade de obedecer *a minima*, que desencoraja em si toda chance de adesão, que desmascara o fascínio pelo Um, a lealdade idólatra aos que nos submetem. Resistir às comunidades de obediência massificadas com a “máquina de guerra” (: 62) da amizade, da pluralidade, da dispersão, das discussões ferozes sem ódio. Contraposição ao Um das tiranias com o “todos uns” – singulares, críticos, íntegros. Mais adiante, Antígona subversiva escancara o risco da desobediência, em sua beleza e sua intimidação: com suas recusas e revoltas, é ela quem “estremece a própria ideia de uma ordem” (: 90), desencadeando algo de selvagem, de incontrolável. A desobediência de Antígona não substitui o senhor, não invoca legitimidades superiores. Ela carrega em si toda a potência da transgressão pura.

Resistir ao conformismo como cético ou como cínico, mantendo o livre exercício do juízo ou ladrando as hipocrisias do sistema e a estupidez social, requer que nos coloquemos contra o que trata as diferenças como imorais, vulgarizando a humanidade. Exige uma assimilação do potencial totalitário das democracias liberais, tal qual apresentavam as distopias de Huxley e Orwell. Mas Gros apresenta ainda uma terceira possibilidade de resistência, por um desvio, um retorno aos gregos (via Foucault e Deleuze): o protesto da diferença, “da raridade do belo, dificuldade do verdadeiro, lirismo da erudição” (: 108). A exigência radical de elevação, a “recusa do maciço, da covardia, da humildade” (: 108), que

concebe a igualdade como igualdade de exigências, como capacidade de rivalizar. Universalização externa ao reducionismo normatizador.

Para inspecionar as possibilidades de desobediência civil, Gros coteja Hobbes e Rousseau descrevendo como o contrato social, que fez humanidade, implica justamente, entre eles, o consentimento às leis. Para Locke, ao contrário, a obediência política seria secundária, deriva do consentimento primeiro, horizontal, de “fazer sociedade”. Nesse cenário, a desobediência civil, longe de ser causa irresponsável das desordens ou atenção egoísta às convicções minoritárias, seria um retorno à essência viva do contrato. É a democracia crítica que exige para si mesma a desobediência e a legitima enquanto um processo que perpassa a todos exigindo mais liberdade, igualdade, solidariedade.

O nono capítulo de *Desobedecer* é um ponto de inflexão na obra, e dos mais belos. Nele aparecerá o *sujeito indelegável*, que acompanhará até as últimas páginas o argumento do autor. Gros caminha com Henry David Thoreau e esmiúça as fronteiras entre o conceito de desobediência civil e de resistência, ou dissidência. Por outra via, Gros retorna aqui à crítica à superobediência. Descreve a importância do fazer da vida um atrito ao “aparelho enorme e frio” do governo (: 153) que, quando bem lubrificado, torna-se perigoso. Não há vínculo entre moral e política e não há, ainda, a possibilidade da obediência no interior da reflexão crítica, como Kant sugerira.

Diferentemente dos submissos deferentes e dos conformados céticos, a defesa de Thoreau é pela desobediência como dever de integridade espiritual, sinceridade moral e superioridade ética (: 154). Desprezo radical, no limite, pelos próprios procedimentos democráticos que geram a obediência passiva de individualidades isoladas. A “ascese da desobediência” de Thoreau conduz Gros a uma dissolução dos limites entre o indivíduo e a coletividade, entre a ação e a passividade, entre a crítica e a transformação. Porque o sujeito indelegável se distingue brutalmente do individualismo, do relativismo e do subjetivismo. É a experiência da dissidência cívica, uma postura ética “a partir da qual a desobediência civil, como composição de potências, autentica-se e desencoraja antecipadamente qualquer recuperação politiqueria” (: 157), é a “urgência de repelir nossa inércia, de nos descobrir solidários e finalmente de nos sublevar” (: 158).

Depois da caminhada com Thoreau, dissidência cívica, obrigação ética e responsabilidade sem limites formam o tripé que arremata a reflexão de Gros. Com Sócrates, ele apresenta a experiência do intolerável e a impossibilidade consequente de obedecer. Dissidência cívica como reflexo invertido da submissão: “compreensão abrupta de que a obediência era uma sucessão indefinida de negações interiores” (: 168) tornando impossível a manutenção da inércia. Mas essa impossibilidade, essa experiência de urgência, não abstém o sujeito do exame constante e da coragem da verdade. É preciso, como afirma Kant, liberar-

-se das “delícias soberanas da desresponsabilidade” (: 161). É preciso ousar saber, desejar emancipar-se.

Em Aristóteles Gros encontra a caracterização da obrigação ética. A democracia ateniense exigia a dissolução entre o ativo e o passivo, entre dominante e dominado. A obrigação, ali, demandava um confinamento ético particular: na política, eu me obrigo, comando a mim mesmo, comprometo-me. A obediência política cidadã é voluntária, designa uma ativação de vontade (não uma abdicação) e opõe-se ao consentimento. Essa forma carrega em si “a possibilidade geral de desobedecer no interior da própria forma ética da obediência” (: 177). Porque a obrigação ética exige que nos mantenhamos amigos de nós mesmos e nos tornemos objeto de cuidado estético, constante e exclusivo: *epimeleia heautou, cura sui*. Com Foucault, Arendt, Ricardo III e Lorenzo Milani, Gros diferencia a via ética em relação à moral. “A condenação da injustiça não se faz aqui em nome de princípios transcendentais” (: 179), tampouco trata-se de uma resposta a um si egoísta, um *eu* íntimo. A obrigação ética é a “alavanca da desobediência”, a partir do qual eu me autorizo a aceitar ou recusar tal ordem, tal decisão, tal ação. É ela que, pela “bricolagem tenaz de nossas inquietações éticas” (: 182) nos faz desobedecer. Não o narcisismo complacente (erro dos que não compreendem Arendt ou Foucault), mas o exame dialético interminável de Sócrates, o cuidado de si; a coragem da verdade e o pensamento kantiano que não cessa de julgar.

O “pensamento pensante” (: 183) nos faz desobedecer, e o faz a partir do princípio da responsabilidade indelegável. Constituição de um si “obrigado de um outro, dos outros, de causas e de valores que ultrapassam o indivíduo” (: 184). A experiência do sujeito indelegável soma a obrigação ética à dissidência cívica e torna possível a insubmissão coletiva como “covibração de numerosos sis indelegáveis” (: 184), quando a urgência de reagir e a necessidade de desobedecer contaminam. Desobedecemos, em conjunto, “quando cada um faz a experiência da impossibilidade de delegar a outros o cuidado do mundo” (: 184).

O problema da responsabilidade permeia todo o livro. Em La Boétie, na descrição do julgamento de Adolf Eichmann, nos experimentos psicossociais que revelam o potencial torturador que há em cada um de nós. Mas é já nas últimas páginas do livro que Gros sistematiza essa noção a partir de uma pergunta muito simples: até que ponto desobedecer é responsável? Gros tipifica as responsabilidades infinita, integral, absoluta e global, que embora sejam “extremos irrespiráveis da moral” (: 192) funcionam como marcadores de uma provocação necessária às consciências. A responsabilidade doméstica “os núcleos éticos pelos quais nos devemos ao menos nos deixar atravessar”. A experiência da responsabilidade que se contrapõe à má-fé e à boa consciência, é capaz fazer surgir aquele que desobedece.

Uma última caminhada, com Sócrates, e um último alerta: se o pensamento

é a possibilidade contínua de desobedecer a si mesmo, é importante ressaltar que esse *si* como consistência, como reduto soberano, não existe. É um dois-em-um (de Arendt), uma relação consigo mesmo (como em Foucault). É a organização, em nós, das hierarquias e paixões que nos compõem. É a paixão de se descobrir insubstituível quando a serviço do outro, pela introdução de uma “defasagem irreduzível” de si para si. No retorno à Sócrates, encerra com um clamor insurgencial: “pensar é se desobedecer”, deslocar as certezas, os confortos, os hábitos. Pensamento combatente. Para Gros, é isso, afinal, que nos fazendo mancar, faz de nós humanidade.

Sara R. Munhoz é doutoranda em Antropologia Social pelo PPGAS/UFSCar. Autora do livro *O governo dos meninos: liberdade tutelada e medidas socioeducativas*, resultado da etnografia desenvolvida em seu mestrado. É pesquisadora do grupo *Hybris* e tem experiência nas áreas de antropologia dos documentos, da família e do direito.